

Fernando Molica

A bíblica falta do que fazer

É quase inacreditável, mas, no último dia 30, senadores perderam seu sagrado tempo para discutir projeto que estabelece uma versão oficial da Bíblia. Pior: a proposta, de autoria do deputado Pastor Isidoro (Avante-BA), foi aprovada pela Câmara em 23 de novembro de 2022, quando o país era revirado por pregações golpistas.

A votação foi simbólica — aquela na base do quem está a favor, permaneça como está —, mas vale do mesmo jeito. Na sessão, apenas o Novo, o Psol e a Rede encaminharam contra a aprovação de algo absurdo, que prevê normatização de um texto que, por diversos fatores históricos e religiosos, e pelo caráter laico do Estado, não pode ter versão oficial.

O texto que vingou no plenário, baseado no relatório do deputado Eli Borges (PL-TO) estabelece: “Art. 1º Fica vedada qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, composta pelo Antigo e pelo Novo Testamento, em seus capítulos e versículos, garantida a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional.” Borges também apresentou os relatórios das comissões de Cultura e de Constituição e Justiça.

Como foi frisou, no Senado, o pastor luterano Rudolf Eduard von Sinner, professor de teologia de uma universidade católica (a PUC do Paraná), é impossível se estabelecer um texto

oficial do livro considerado sagrado por cristãos, espíritas e, no caso do Velho Testamento, também por judeus. Muçulmanos também adotam parte do que lá está escrito.

Ele destacou que a Bíblia católica, por se basear na tradução do grego, tem 73 livros; a protestante, que tem como base a versão em hebraico, 66. Ainda ressaltou que algumas traduções ortodoxas no Oriente adotaram outros livros canônicos, o que elevou o total para 81.

Contrário ao projeto, Von Sinner destacou o óbvio, a brighlada que seria para definir qual a versão que deveria ser abençoada pelo Estado brasileiro, algo que iria acentuar de vez divergências religiosas e acabaria nas mãos dos cardeais do Supremo Tribunal Federal. Seria, afirmou, um “efetivo embaraçamento do funcionamento de cultos religiosos e igrejas” e promoveria a “a ingerência inconstitucional do Estado em assuntos de religião”.

O pastor e professor é especialista no tema, mas bastaria um mínimo de bom senso para avaliar que a proposta é insana, autoritária, desnecessária e, até, perigosa. Além de meter o Estado onde este não deve entrar, reitera a ideia de que uma determinada crença deve ser canonizada e adotada, a ponto de requerer normatização oficial.

Ao vedar “alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sa-

grada”, a insanidade cometida pelo Sargento Pastor Isidoro, respaldada por Eli Borges e admitida pelos deputados tem o poder de, por exemplo, vedar a Torá, que corresponde a cinco livros do Antigo Testamento. O texto poderia ser visto como uma forma de supressão da Bíblia.

Adaptações bíblicas para o público infantil também seriam vetadas. A proposta chega a vincular o Estado ao cristianismo, ao dizer que será “garantida” a pregação da Bíblia em todo o território nacional.

O crescimento do eleitorado evangélico tem criado distorções oportunistas na política. A mais grave, por sua amplitude, é uma sacralização institucional de algo que deveria ficar restrito à consciência de cada um. O fato de a grande maioria da população ser cristã não implica transformar a crença em verdade a ser seguida por todos.

Fora que a entronização da Bíblia sem levar em conta seu contexto social e histórico é capaz santificar a escravidão: “Escravos, obedecei aos vossos senhores deste mundo com temor e tremor, de coração simples, como a Cristo (...)” (Efésios, 6,5).

Assim como foi feito no caso da PEC da Impunidade, cabe ao comando do Senado arquivar logo esse projeto, o país tem problemas de verdade para enfrentar.

Tales Faria

Paciência de Lula com Galípolo se esgotou

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem dito a assessores que se esgotou a paciência dele com o fato de o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, não ter dado sinais, desde que assumiu o cargo, de “uma mudança de rumo” na taxa juros.

Galípolo foi puxado para a equipe de campanha e de transição do governo pelo próprio presidente da República. Ele havia construído uma relação de dez anos com o PT na elaboração de planos de governo. Mas não era considerado um petista, o que tornava mais fácil sua aceitação pelo mercado.

Como economista, era – e ainda é – tido como um heterodoxo moderado. Fama que se consolidou como secretário-executivo do ministro Fernando Haddad.

Já quando o nomearam para diretor do Banco Central, em julho de 2023, Lula e Haddad tinham em mente torná-lo presidente da instituição ao fim do mandato de Roberto Campos Neto, o que se efetivou em janeiro de 2025.

A expectativa de Lula e do ministro da Fazenda era de que, quando assumisse o comando do banco, Galípolo começaria a dar sinais de que as taxas de juros baixariam.

Essa expectativa foi alimentada desde que ele entrou no banco como diretor. Sua estreia

no Comitê de Política Monetária (Copom) coincidiu com a primeira queda da Selic desde que o ciclo de alta da taxa básica fora iniciado, em março de 2021.

Galípolo até protagonizou um dos momentos mais tensos do Copom. Foi numa votação dividida pela redução da taxa básica de juros, a taxa Selic. Os diretores indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) votaram pela redução em 0,25 ponto percentual (de 10,75% para 10,50%). Venceram, enquanto Galípolo, derrotado, havia puxado, com os diretores nomeados por Lula, um corte mais forte, de 0,50%.

Mas, desde que assumiu a chefia do banco, o “menino de ouro” do presidente parece ter seguido em direção contrária. Sob seu comando, a Selic atingiu a taxa de 15% ao ano, o maior patamar desde 2006. Na reunião da última quarta-feira (05), o Planalto esperava um sinal de que haveria mudança de rumos. Nada disso.

Os diretores do BC não só mantiveram pela terceira vez seguida a taxa em 15%, como deram sinais de que qualquer mudança só deverá ocorrer em 2026. E não se sabe se a tempo de causar impacto nas eleições de outubro.

Até o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), conhecido por sua moderação, já começa a reclamar. Nesta quinta-feira (6) ele afir-

mou com todas as letras que o governo espera uma redução na taxa Selic a partir da próxima reunião do Copom.

“O grande problema é a taxa de juros muito elevada. Esperamos que na próxima reunião do Copom ela já comece a curva de redução. Ela retrai a atividade econômica, especialmente em bens duráveis e custo mais alto”, declarou.

Gleisi Hoffmann, a ministra das Relações Institucionais que funciona como uma porta-voz de Lula para a articulação política, postou nas redes sociais:

“A decisão do Copom de manter pela terceira vez a taxa Selic em 15% é prejudicial aos investimentos produtivos, ao acesso ao crédito, à geração de empregos e ao equilíbrio das contas públicas. É prejudicial ao Brasil. Nenhuma economia do mundo pode conviver com um juros reais de 10%. Nada justifica uma decisão tão descasada da realidade, dos indicadores econômicos, das necessidades do país.”

São, na verdade, recados do presidente para Galípolo. No Planalto, diz-se que Lula está disposto até a encontrá-lo pessoalmente assim que voltar da COP30.

Falta saber se Galípolo está preparado para ouvir uma bronca. Afinal, já não é mais menino. Muito menos de ouro.

Emirados Árabes como a Arábia Saudita.

A demanda mundial por petróleo cairá, mas até lá o Brasil pode ter feito sua reconversão industrial e ambiental, fortalecendo o turismo de parques naturais, o urbanismo das cidades e o conforto da vida regional. Tudo isso é possível se tratarmos o tema com objetividade, como agora começa a ocorrer.

Essa é uma das raras vezes em que o diálogo volta a acontecer de maneira madura dentro da nossa democracia, com argumentos à mesa e sem preconceitos. Começa a haver coerência e racionalidade no debate. Depois de cinco anos de impasses, o radicalismo cansou. As pessoas querem números, contas e planos, não bravatas.

O que não faz sentido é ficarmos hesitando diante de uma exploração que pode ser comprovadamente segura enquanto aceitamos doações de países como a Noruega, que financia sua riqueza com o petróleo de extraído no Ártico. Essas doações, insuficientes, são possíveis justamente porque eles exploram, e exploram muito. Ao Brasil cabe resolver. Como, senão da forma proposta ? Até para o narcotráfico estamos perdendo a região que virou grande passagem de drogas.

Essa é a diferença entre autonomia e hesitação, entre responsabilidade e submissão à opinião de terceiros que raramente aplicam os mesmos critérios que nos cobram. Até aqui vemos um Presidente do Senado, Davi Alcolumbre com sobriedade defendendo o progresso e o bom senso ao lado dos governadores e líderes da região norte ; e a Ministra Marina Silva, aberta ao diálogo. O Brasil do diálogo e da técnica estaria nascendo ? Assim sendo os brasileiros agradecem.

***Vinícius Lummertz, cientista político, foi ministro do Turismo, secretário de Turismo de São Paulo, presidente da Embratur e é Senior Fellow do Milken Institute (EUA).**

EDITORIAL

O espelho de uma geração

Mais uma vez, o país respira fundo diante das portas das escolas. É novembro, e o ritual se repete: canetas pretas, documentos em mãos, corações acelerados. O Enem não é apenas uma prova, é uma travessia entre a adolescência e início da vida adulta. Há nele o eco das esperanças de milhões de jovens que, entre o ruído das redes sociais e o peso das incertezas do futuro, ainda acreditam no poder da educação como caminho de transformação.

No entanto, o que significa, hoje, ser estudante no Brasil? Entre cortes orçamentários, desigualdades regionais e a avalanche de informações que o mundo digital despeja sobre nós, preparar-se para o exame tornou-se mais que um desafio intelectual: é um exercício de resistência. O estudante contemporâneo precisa decifrar não apenas fórmulas e textos, mas o próprio país que o cerca, suas contradições, sua beleza, suas urgências.

O Enem, com todas as suas falhas e virtudes, é também um retrato do Brasil.

Cada questão é uma janela para nossas lutas coletivas: o acesso à cultura, a preservação ambiental, a voz das minorias, a ética na política. E, talvez sem perceber, cada candidato, ao marcar uma alternativa, participa de uma conversa silenciosa sobre o que queremos ser como nação.

Mas há algo de poético neste momento. Na solidão da carteira escolar, cada aluno carrega histórias que não cabem na folha de respostas, o cansaço de quem trabalha à noite, a esperança de uma família inteira, o sonho de mudar o mundo. É nesse encontro entre o individual e o coletivo que o Enem se torna mais que um exame: torna-se símbolo de persistência, de fé no conhecimento e de um país que, apesar de tudo, continua apostando na juventude.

Quando os portões se fecham e o relógio começa a correr, o Brasil se revela em silêncio. Porque, no fundo, cada prova entregue é também uma declaração de amor à possibilidade de um futuro melhor.

COP30: é chegada a hora da verdade

A COP30 teve início oficialmente em Belém, no Pará. Nos próximos dias, líderes das principais nações do planeta e influenciadores da ecologia se reunirão para debaterem possíveis soluções para o combate à crise climática que assola o planeta Terra e está se intensificando a cada ano que passa.

Porém, a hora para encontrar uma solução definitiva é agora. Nos últimos 40 anos, reuniões mundiais visando encontrar medidas de combate foram realizadas eo todos os cantos do globo. Só no Brasil foram duas. Quem não lembra da Eco-92 e da Rio+20? O problema é que essas reuniões contaram com muitos discursos bonitos na teoria, mas que não foram aplicados na prática. O resultado disso é que os objetivos traçados no Acordo de Paris, em 2015, já são considerados um fracasso, visto que as principais nações não cum-

piram suas metas de redução da emissão de carbono e nem investiram corretamente, conforme foi combinado.

O planeta não aguenta mais esse lero-lero político e blá blá blá diplomático para ficar bem na fita internacional. Se não fizerem um acordo sério desta vez, a atual geração de adultos já sofrerá os efeitos da crise climática nos próximos 15 anos. Não é mais aquela história de “deixar um mundo melhor para a futura geração”. A situação é tentar corrigir a rota para que essa geração atual não tenha que lidar com ondas de calor mortais, como as que vêm afetando a Europa nos últimos dois anos, nem as constantes enchentes que vem destruindo vidas na América do Sul.

Que a COP30 sirva a um propósito verdadeiro de união pelo bem do planeta, porque não há mais tempo a perder com blefes inúteis.

Opinião do leitor

Mediocridade

Lista numerosa, medonha e medíocre divulgada por Carlo Ancelotti para os dois próximos amistosos da seleção. Sacou do baú da saudade jogadores atuando no futebol saudita. Onde jogadores em final de carreira deitam e rolam. Atletas pouco ou nada significativos para a seleção. Futebol penta campeão à deriva. Nau sem rumo.

*Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)

Paulo Bittencourt (1929-1963)

Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)

patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)

redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ives Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro,

Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-202

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.